

DESENVOLVIMENTO RURAL: CONCEPÇÕES E REFERÊNCIAS PARA A PROPOSIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO NOS TERRITÓRIOS RURAIS

Marco Antônio Verardi Fialho¹
Paulo Dabdab Waquil²

Resumo

O estudo objetivou analisar, de um lado, a proposta do governo federal sobre desenvolvimento territorial, e, de outro lado, as organizações que estão relacionadas direta ou indiretamente com a proposta do governo federal. A pesquisa procurou identificar os distintos entendimentos ou concepções sobre desenvolvimento rural e como é idealizado o papel dos atores na promoção do desenvolvimento rural. As fontes de pesquisa foram os documentos oficiais relacionados às referências para o desenvolvimento rural sustentável e entrevistas com representantes das organizações que estão localizadas nos municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul (municípios do Território “Zona Sul do Estado – RS”). A análise está estruturada a partir da seguinte diferenciação: organizações públicas oficiais, representações dos agricultores e representações dos movimentos sociais articulados. Entre os resultados pode-se destacar: a) preocupação do Governo Federal em criar uma cultura participativa; b) valorização de

¹ Professor Dr. do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural e do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria. Endereço: Av. Roraima, 1000 – prédio 44. Santa Maria, RS. 97.105-900. E-mail: marcoavf@hotmail.com

² Professor Dr. do Departamento de Economia e dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) e em Agronegócios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Endereço: Av. João Pessoa, 31. Porto Alegre, RS. 90.040-000. E-mail: waquil@ufrgs.br

outros aspectos além do econômico com a introdução da noção de território; c) divergências significativas dos representantes das distintas organizações entrevistadas sobre desenvolvimento rural; d) falta de interdependência entre as organizações que programam ações de desenvolvimento rural.

Palavras-chave: desenvolvimento territorial, políticas públicas, Rio Grande do Sul

RURAL DEVELOPMENT: COMPREHENSIONS AND REFERENCES FOR THE PROPOSAL OF PUBLIC POLICIES FOR THE DEVELOPMENT OF RURAL TERRITORIES

Abstract

The study aimed at the analysis, on one side, of the federal government's proposal on territorial development, and on the other side, of the organizations that are directly or indirectly related to that proposal. This research tried to identify the different understandings or notions about rural development, and the role that social actors play in the promotion of rural development. The sources of information were official documents related to the references for sustainable rural development, and interviews with representatives of the organizations located in the municipalities of Canguçu, Pelotas and São Lourenço do Sul (state of Rio Grande do Sul, Brazil). The analysis is structured according to the following differentiation: official public organizations, farmers' representations, and social movements' representations. Among the main results, we point out: a) the federal government's concerns to create a participative culture; b) the valorization of other aspects beyond the economic, through the introduction of the notion of territory; c) significant disagreements about rural development among the representatives of the distinct organizations which were interviewed; d) lack of interdependence among the organizations that program actions for rural development.

Key-words: territorial development, public policies, Rio Grande do Sul

1. Introdução

O tema *desenvolvimento* está presente no debate político há longo tempo e sempre permeado por interesses de parte da sociedade que dispunha de poder econômico e político. Projetos e programas de governo privilegiavam segmentos da economia brasileira e que proporcionavam

certa visibilidade no cenário mundial, destacando o país como fornecedor/exportador de matéria prima³. O setor primário brasileiro aparece como o principal gerador de divisas e, em alguns momentos, como fomentador do processo de industrialização do país. Dentro deste contexto a porção marginalizada do setor primário, hoje identificada como agricultura familiar, estava submetida a uma crônica invisibilidade, apesar de contribuir significativamente para o abastecimento do mercado interno. A partir das últimas duas décadas as tensões no campo dos interesses político e econômico começaram a dar sinais de mudança, iniciando uma reestruturação nos diferenciais de poder no plano das prioridades do governo federal. Exemplo desta reestruturação pode ser ilustrado pela segmentação de um ministério que anteriormente tratava das questões relacionadas à agricultura e pecuária e atualmente é composto pelos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Desenvolvimento Agrário (MDA). O primeiro (MAPA) tem por missão “promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira”, e o segundo (MDA), tem como área de competência os seguintes assuntos relacionados à reforma agrária; promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares; e identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos.

As políticas públicas para a agricultura, até meados da primeira metade da década de 1990, eram quase que exclusivamente para o setor patronal, restringindo significativamente o acesso a recursos financeiros para produção do segmento identificado, hoje, como agricultura familiar. As tensões que começaram a mudar a estrutura de poder no campo dos interesses político e econômico na agricultura foram resultado da crescente visibilidade dos segmentos da agricultura de base familiar. Talvez esse segmento venha conquistando espaço, no âmbito social e econômico, por méritos próprios, mas também por consentimento do setor patronal da agricultura, já que os crescentes problemas sociais da vida urbana estão diretamente relacionados ao êxodo rural. Levando em consideração que os proprietários dos meios de produção do setor patronal residem, em boa parte, nas cidades e que as conseqüências do êxodo rural estão presentes no dia-a-dia destes, frear ou reverter esse fluxo também seja interesse

³ Ver Furtado (1982).

dessa porção da sociedade brasileira. Nesse sentido pode-se inferir que a visibilidade e a crescente participação do segmento familiar nas propostas de políticas públicas para o rural sejam tanto *mérito*, se assim pode-se referir, do segmento familiar como do patronal, já que o êxodo rural, em quase sua totalidade, está identificado com a agricultura familiar.

O desenvolvimento econômico e social do Brasil foi e é, talvez hoje em menor grau, dependente de recursos externos, oriundos de empréstimos de organizações com forte poder de influência (ou de decisão) no cenário mundial. Contudo, as experiências de desenvolvimento ou de gerenciamento da economia brasileira nem sempre foram exitosas, demonstrando certa incapacidade de promover a estabilidade econômica e social. Cabe destacar que incapacidade de promover o desenvolvimento não era ou é exclusividade do Brasil, mas de todos os países identificados como *subdesenvolvidos* ou pertencentes ao *terceiro mundo*. Inspirando-se em Chang (2004), pode-se entender que os ensinamentos para a promoção do desenvolvimento dos países *subdesenvolvidos* é estratégia de mantê-los cativos, já que as práticas orientadas pelos países desenvolvidos não são as mesmas pelas quais passaram no decorrer dos seus processos de desenvolvimento. Ou seja, os países desenvolvidos estariam *chutando a escada* dos *subdesenvolvidos* para continuar ditando a dependência destes, principalmente por recursos financeiros.

Como conseqüência de anos de dependência, observa-se que as políticas públicas brasileira ainda têm forte influência das concepções ou dos interesses de organizações mundiais. Essas influências são perceptíveis tanto no direcionamento da política pública como no marco teórico-analítico que orienta os programas de desenvolvimento. Até pouco tempo o cunho dos programas de desenvolvimento estavam basicamente atrelados a aspectos econômicos, com um viés fortemente relacionado à questão produtiva. A partir da última década os programas de desenvolvimento passaram a dar relativa importância para aspectos sociais, apresentando aparentemente preocupação com a qualidade de vida. Orientação inspirada nas diretrizes elaboradas pelas instituições internacionais de fomento ao desenvolvimento. Essa mudança de tensão do econômico para o social (prevalecendo a hegemonia do econômico) pode estar relacionada com os graves problemas sociais que os países ditos *desenvolvidos* vem enfrentando nos últimos anos, principalmente relacionados ao fluxo migratório crescente de pessoas dos países

subdesenvolvidos para os países da União Européia e Estados Unidos da América. Ou seja, assim como nas conseqüências do êxodo rural para o urbano, a preocupação com o social advindo das orientações das organizações mundiais de fomento ao desenvolvimento está, em boa medida, relacionada aos problemas sociais dos países *desenvolvidos*. As mudanças não podem ser identificadas simplesmente como um sentimento de desapego, mas de defesa de interesses próprios com o *pseudo* propósito de promover o desenvolvimento dos países *subdesenvolvidos*.

Nesse contexto que se inserem os programas de desenvolvimento do governo brasileiro, mesclando interesses próprios e externos. Nos últimos anos as políticas de desenvolvimento do rural abarcaram algumas transformações como resultantes, relativamente, da pressão (ou clamor) dos movimentos sociais, originando, em certa medida, maior participação dos *interesses* das populações locais. Um exemplo pode ser apresentado pela experiência dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), com representantes da sociedade local. Segundo Abramovay (2003, p. 57) “a profusão de conselhos gestores é a mais importante inovação institucional das políticas públicas no Brasil democrático”. Entretanto, esses conselhos nem sempre refletem as vontades ou anseios da sociedade local abrangente, já que boa parte encontra-se submissa a poderes locais dominantes. Sob esses domínios, sobretudo em regiões *deprimidas*, os conselhos restringem a capacidade de descobrir potenciais de desenvolvimento que os mecanismos convencionais de mercado são incapazes de revelar. As contribuições de Paulillo (2000, p. 16), sobre redes de poder e territórios produtivos, destacam que as redes podem representar o campo de elaboração e administração das políticas públicas. Essas redes são construídas sob influência ou reflexo das características dos atores (legitimidade, reputação e informação) e das conexões (regras e intensidade da interação), configurando-se em determinada densidade institucional. Conforme esse mesmo autor salienta, a formulação e implementação de políticas públicas são resultado de arranjos institucionais, constituídos por organizações de interesses privados específicos, agências públicas governamentais e não governamentais. Levando em consideração as reflexões de Abramovay e de Paulillo, pode-se inferir que as políticas de desenvolvimento rural refletem, em certa medida, mais os interesses dos grupos dominantes, agora locais, do que aqueles que são, inicialmente, os principais beneficiados pelos programas de desenvolvimento rural.

Diante dos elementos apresentados até este momento e das inquietações resultantes de reflexões sobre a problemática *políticas públicas e desenvolvimento*, o presente estudo objetivou analisar, de um lado, a proposta do governo federal sobre desenvolvimento territorial (integrando espaços, atores, mercados e políticas públicas), e, de outro lado, as organizações que estão relacionadas direta ou indiretamente com a proposta do governo federal. Para analisar estes dois lados, a pesquisa concentrou atenção na identificação dos distintos entendimentos ou concepções sobre desenvolvimento rural e na idealização do papel dos distintos atores na promoção do desenvolvimento rural. O estudo utilizou como fonte de pesquisa os documentos oficiais relacionados às referências para o desenvolvimento rural sustentável e entrevistas com representantes das organizações que estão envolvidas com na proposta de desenvolvimento do governo federal. As organizações que serviram de fonte de informação para este estudo estão localizadas nos municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul, estes pertencentes ao Território “Zona Sul do Estado – RS” do Programa Territórios da Cidadania do Governo Federal.

Na seqüência este artigo apresenta mais seis seções compostas pela caracterização da região e breve indicativo metodológico, análise dos diferentes entendimentos sobre desenvolvimento (Governo Federal, organizações públicas oficiais, representações dos movimentos sociais articulados e representações dos agricultores), breve reflexão sobre aspectos subjetivos (interesse, iniciativa e vontade) e algumas considerações finais. No decorrer das seções o processo de análise estará voltado para a identificação das formulações sobre desenvolvimento dos distintos atores e na indicação de possíveis relações, utilizando da análise do discurso de textos (orais ou escritos).

2. Elementos Motivadores do Problema de Pesquisa: breve caracterização e aporte metodológico

No Rio Grande do Sul, 17,35% da população total eram considerados pobres em 2001. A proporção de pobres foi de 16,53% para o urbano e 21,42% para o rural, indicando que o rural tem a maior parcela de

pobres em sua população e o urbano o maior contingente de pobres (ROCHA, 2003, p. 237-240). As áreas de pobreza rural estão localizadas predominantemente nas regiões que compõem a *Metade Sul* do Rio Grande do Sul (Campanha, Planalto Sul-Riograndense e parte da Depressão Central). Estudos da Fundação de Economia e Estatística (FEE) apontam os municípios do Planalto Sul-Riograndense como os de desempenho mais acanhado no que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Social (IDS). O Planalto Sul-Riograndense apresenta expressivo número de pequenas propriedades rurais e restrita disponibilidade de meios de produção, como é o caso, por exemplo, do município de Canguçu.

Diagnósticos sobre a região denominada de *Metade Sul* do Rio Grande do Sul caracterizam-se por destacar uma considerável marginalização socioeconômica, apresentando modestos índices de desenvolvimento. Na região *Metade Sul* há predomínio da atividade de pecuária extensiva em grandes propriedades, reflexo de um passado fortemente marcado por uma economia capitalista pastoril baseada, inicialmente, na extração do couro, do charque e, posteriormente, na comercialização de carne fresca e congelada (FREITAS, 1980; ALONSO e BANDEIRA, 1990; SCHMIDT e HERRLEIN JR, 2002). Nesta região também se encontram empreendimentos empresariais na produção, por exemplo, de arroz, de pêssego, de vinho e áreas de reflorestamento, assentamentos de reforma agrária e cultivos típicos da agricultura familiar, configurando uma importante tendência de diversificação produtiva.

Nas últimas décadas, principalmente de 1980 e de 1990, a *Metade Sul* passou por momentos de crise, acentuando gradativamente a desigualdade regional. Concomitante a esses momentos de crise, a observação de processos avançados de degradação ambiental e precariedade das condições de vidas da população situada nas periferias urbanas e no meio rural, instigando pesquisadores, de diversas áreas do conhecimento, para a análise de questões relacionadas ao desenvolvimento.

Esse ambiente de profusão de problemas e de discussões proporciona um instigante fórum de debate sobre temas relacionados com a questão do desenvolvimento, mais especificamente identificado com o da banda rural da sociedade e com a agricultura familiar. Esse fórum de discussão abrange um representativo número de atores de diversos segmentos da sociedade, contando com *organizações públicas oficiais* (por

exemplo: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; Instituto Rio Grandense do Arroz - IRGA; Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária - FEPAGRO; Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural - ASCAR – EMATER/RS; Universidades, etc.), *representações dos movimentos sociais articulados* (por exemplo: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor - CAPA; União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu – UNAIC; Associação de Produtores Agroecológicos da Região Sul do Estado do Rio Grande do Sul - ARPA-SUL; Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares - SUL-ECOLÓGICA, etc.) e *representações dos agricultores* (por exemplo: Associações e Cooperativas de Produtores e Agricultores Familiares, Sindicatos Rurais e de Trabalhadores Rurais, etc.). A ordem de apresentação dos atores sociais está, relativamente, relacionada, respectivamente, ao grau de poder (do maior para o menor) que cada grupo tem nessa relação de interesses, ora prevalecendo interesses próximos, ora particulares. A relação de interesses entre os atores sociais, que discutem a problemática do desenvolvimento rural, está mediada, em algum grau, pelo entendimento que cada um deles tem sobre desenvolvimento rural e o seu papel na promoção deste.

Tendo em vista o objetivo da pesquisa, que foi identificar os distintos entendimentos ou concepções dos atores locais sobre desenvolvimento rural e, em certa medida, conhecer como esses idealizam o papel de cada um deles na promoção do desenvolvimento rural, foi elaborado um pequeno roteiro de entrevistas com os seguintes questionamentos:

- 1) O que o senhor(a) entende por desenvolvimento rural?
- 2) Quais os atores/organizações que promovem ações de desenvolvimento rural na região?
- 3) Que tipos de ações seriam necessárias para promover o desenvolvimento rural?
- 4) Que atores/organizações deveriam atuar em ações para o desenvolvimento rural?

5) Tendo em vista a organização que o senhor(a) representa, qual o papel dela na promoção do desenvolvimento rural?

Este estudo foi realizado nos municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul (municípios pertencentes ao Território “Zona Sul do Estado – RS” do Programa *Territórios da Cidadania*), principalmente pelo conhecimento prévio da região e dos atores locais e pela fragilidade no que diz respeito às condições econômicas e sociais destacadas anteriormente. A análise foi estruturada a partir da seguinte diferenciação: organizações públicas oficiais, representações dos agricultores e representações dos movimentos sociais articulados. Esta diferenciação possibilitou identificar com maior clareza as distintas concepções sobre desenvolvimento, destacando as disputas de interesses entre os grupos e internamente. As entrevistas foram realizadas junto ao representante de cada organização (chefes, coordenadores, diretores, presidentes), já que se entende que esse expressa sua interpretação e a da organização a qual está a frente. Interpretações que nem sempre estão em consonância. Este trabalho contou com entrevistas de 17 representantes das seguintes organizações: Embrapa, Emater, Secretaria Municipal – *Organizações Públicas Oficiais*; Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicato Rural, Associações e Cooperativas de Produtores Rurais – *Representações dos Agricultores*; Organizações Não-Governamentais – *Representações dos Movimentos Sociais Articulados*.

Salienta-se que este trabalho propõe conhecer e identificar os distintos entendimentos ou concepções dos atores locais sobre desenvolvimento rural a partir da análise do discurso, identificando, em certa medida, aspectos psicológicos relacionados ao desempenho do processo social, subentendendo-se, neste, a diversidade de áreas do viver. Essa diversidade de áreas do viver mostra distintas formas de pensar ou idealizar a realidade, essa diversidade pode ser observada no discurso dos representantes, principalmente quando estão em relação, já que é nesta que aflora os diferenciais de poder. A pesquisa dedicou-se, relativamente, a observar pessoas e pensar sobre elas, para isso, recorreu-se, em certa medida, aos instrumentos disponibilizados pelo sociólogo Norbert Elias (1994, 1999, 2000). Para Coury (2001, p. 124) a hipótese central de Elias é audaciosa, a qual supõe que: “(...) os indivíduos são condicionados

socialmente ao mesmo tempo pelas representações que fazem de si mesmos e por aquelas que lhe são impostas pelos outros com quem entram em relação.” Logo adiante Coury complementa: “É essa audácia que se situa a pista aberta por Norbert Elias para uma sociogênese dos grupos sociais: tomar o ‘cérebro’ dos homens como objeto de análise para observar o que se forma nele, essa capacidade de perceber-se como pessoa no espelho da sociedade (...).” Levando em consideração esta perspectiva, o estudo atentou, como postula Geertz (1997), para as formas simbólicas (palavras, imagens, instituições, comportamentos), por ser nessas que as pessoas realmente se representam para si mesmas e para os outros. Para conhecer e identificar a compreensão de cada ator sobre desenvolvimento rural este estudo passou por dois momentos distintos: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo com entrevistas abertas e observações para o levantamento das informações. A pesquisa bibliográfica privilegiou documentos oficiais do governo federal (disponíveis na Internet) e contribuições de pesquisadores acadêmicos, facilitando identificar as distintas concepções sobre desenvolvimento rural. O material obtido através das entrevistas e das observações possibilitou realizar uma análise do discurso dos representantes, permitindo, relativamente, identificar o entendimento das organizações que representam e as suas opiniões pessoais sobre o tema abordado na entrevista.

Na próxima seção serão examinadas as referências do Governo Federal para o desenvolvimento rural, procurando reconhecer elementos ou aspectos que evidenciam posicionamentos, interesses e preocupações. Com essas informações pode-se ter uma indicação do verdadeiro sentido de desenvolvimento rural para o Governo Federal, ou seja, a definição.

3. Desenvolvimento Rural: breve reflexão sobre o entendimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

A agricultura familiar vem num processo crescente de valorização, contrapondo-se a *modernização conservadora* da agricultura brasileira.⁴ Valorização que repercute no campo das políticas públicas e dos projetos

⁴ Sobre o processo de modernização da agricultura brasileira, ver Delgado (2001).

ou programas direcionados às questões relacionadas ao desenvolvimento rural, como exemplo pode ser citado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O fortalecimento da agricultura familiar é pensado principalmente sobre aspectos relacionados à produção e geração de renda numa perspectiva *de cima para baixo* (ao revés), muitas vezes, apesar dos esforços, não compactuando com os interesses ou anseios da população local. De acordo com o documento “Diretrizes para o Desenvolvimento Rural Sustentável”, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), cabe à agricultura familiar exercer um papel central no novo projeto de desenvolvimento do país por meio da geração de trabalho e renda, assegurando dinamismo para as economias locais e, conseqüentemente, garantir um desenvolvimento equilibrado entre municípios e regiões (MDA/CONDRAF, 2006, p.18).

Observando algumas diretrizes do eixo estratégico “Organização Social e Participação Política” (MDA/CONDRAF, 2006, p.26-27), constata-se a preocupação com a participação da população local, como destacado a seguir:

Diretriz 1 - Criar instrumentos institucionais e jurídicos que promovam a descentralização dos processos de decisões inclusive orçamentárias e a democratização dos espaços de gestão e controle social, com base na efetiva *participação* política dos diferentes atores sociais, das diversas esferas (municipal, territorial, estadual e nacional);

Diretriz 2 - Fortalecer e ampliar a *presença* dos vários segmentos das populações rurais na formulação, implementação e gestão das políticas públicas em todos os níveis, por meio de instrumentos institucionais de controle social;

Diretriz 3 - Ampliar a *participação* das trabalhadoras rurais nos espaços de elaboração, gestão e avaliação das políticas públicas;

Diretriz 4 - Garantir, por parte dos gestores públicos, a *participação* política, o respeito e o reconhecimento das organizações da sociedade, como

atores e interlocutores legítimos nos processos de gestão de políticas públicas.

Diretrizes que objetivam garantir ou legitimar a participação dos principais interessados no desenvolvimento rural, visto que estão vivenciando diariamente as dificuldades resultantes do processo de desenvolvimento que privilegiou, por longos anos, o segmento agro-exportador. Essa preocupação em introduzir a porção marginalizada ou pouco reconhecida/lembrada nas discussões pode ser observada na utilização das palavras “participação” (acompanhada por “efetiva”, “ampliar” e “garantir”) e “presença”. Talvez isso represente a preocupação do poder público em criar uma “cultura participativa” e de valorização dos segmentos sociais que anteriormente não eram chamados ou não tinham espaço para expressar suas percepções, necessidades e angústias. Entretanto, o poder público terá que encontrar meios para reduzir ou restringir a hegemonia de poder de grupos articulados que defendam interesses específicos, já que algumas diretrizes, a seguir apresentadas, proporcionam a construção de estruturas de poder assimétricas:

Diretriz 7 - Incentivar a construção de arranjos institucionais que assegurem a participação democrática de representantes de colegiados territoriais e segmentos sociais nos processos de tomadas de decisão e espaços de gestão e controle das políticas públicas;

Diretriz 8 - Criar mecanismos de fortalecimento do papel político e social dos conselhos, fóruns e consórcios em seus diferentes níveis de atuação, como espaços de formulação, definição e gestão democrática de diretrizes políticas para o desenvolvimento sustentável do Brasil rural.

Talvez um dos mecanismos para reduzir ou restringir a hegemonia de poder de grupos articulados esteja na capacitação e qualificação dos segmentos menos inseridos, conseqüentemente os maiores interessados, no debate sobre os caminhos ou direcionamento que as políticas de desenvolvimento rural tomarão. Essa preocupação também está presente

numa das diretrizes do eixo estratégico “Organização Social e Participação Política” (MDA/CONDRAF, 2006), referida abaixo:

Diretriz 12 - Criar mecanismos ou processos de capacitação para os diversos segmentos da sociedade para uma melhor participação nas políticas públicas, no planejamento, acompanhamento, monitoramento, avaliação dos resultados e seus impactos, incluindo os aspectos da gestão orçamentária e financeira dos programas voltados ao desenvolvimento sustentável.

Diretriz que para ser cumprida deverá levar em conta uma mudança cultural significativa, tendo em vista que a porção mais interessada e menos participativa construiu (para não dizer submetida), ao longo dos anos, um comportamento de subalternidade, em que o estado ou quem estava (ou está) no poder determinava (ou determina) o futuro de boa parte do segmento marginalizado do rural. Esta relação de subalternidade está inserida num contexto de disputa por acesso a políticas de fomento a atividade agrícola, resultado de uma racionalidade econômica. Entretanto, o governo federal vem procurando corrigir tal distorção, valorizando outros aspectos que anteriormente eram desconsiderados em virtude do dimensionamento que a geração de renda e emprego, no setor agrícola, dispunha. Conforme as “Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil” (MDA/SDT, 2005, p. 04):

O desenvolvimento rural deve ser concebido num quadro territorial, muito mais que setorial: nosso desafio será cada vez menos como integrar o agricultor à indústria e, cada vez mais, como criar as condições para que uma população valorize um certo território num conjunto muito variado de atividades e de mercados.

Esta concepção de desenvolvimento vem atrelada a noção de território, objetivando valorizar outros aspectos além do econômico, já que a sobrevivência num sistema econômico competitivo pode acarretar um processo seletivo de conseqüências maiores e mais drásticas para aqueles que não trazem intrinsecamente a racionalidade capitalista. Uma porção representativa da sociedade rural brasileira, talvez composta, na sua

maioria, pelos marginalizados e esquecidos do rural, ainda possa manter viva uma racionalidade camponesa, na qual a lógica de suas estratégias de sobrevivência esteja mais relacionada com a reprodução social do que com a reprodução econômica.

O governo federal (especificamente a Secretaria de Desenvolvimento Territorial/ MDA), com suas referências para o desenvolvimento rural sustentável (MDA/SDT, 2005), aborda os problemas rurais de forma complexa, introduzindo a noção de desenvolvimento territorial na perspectiva da melhoria contínua da qualidade de vida do conjunto da população do território. Para isso, segundo MDA/SDT (2005), é indispensável uma significativa articulação dos diversos níveis de governo, da sociedade e do setor privado. Concomitante a estes aspectos, estimular a ampliação da capacidade de mobilização, organização, diagnóstico, planejamento e autogestão das populações locais, resultado de políticas públicas que expressam demandas da sociedade local, reconhecendo e respeitando as especificidades de cada território. Esses elementos demonstram que “o enfoque territorial é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção” (MDA/SDT, 2005, p. 21).

Os aspectos até aqui destacados demonstram, segundo percepções esboçadas no MDA/SDT (2005), que o enfoque territorial traz na sua concepção certa inovação, principalmente pela participação ativa das populações locais. Entretanto, a noção de desenvolvimento está identificada a crescimento e geração de riquezas, como pode ser observado:

O desenvolvimento harmônico do meio rural se traduz em crescimento e geração de riquezas em função de dois propósitos superiores:

- a coesão social, como expressão de sociedades nas quais prevaleça a equidade, o respeito à diversidade, à solidariedade, à justiça social, o sentimento de pertencimento e inclusão; e
- a coesão territorial como expressão de espaços, recursos, sociedades e instituições imersas em regiões, nações ou espaços supranacionais, que os

definem como entidades cultural, política e socialmente integradas (MDA/SDT, 2005, p. 21).

Traduzir esta *nova* idealização de desenvolvimento em “crescimento” e “geração de riqueza” leva a inferir que de novo há vários elementos, mas que os objetivos talvez ainda sejam os mesmos ou que os caminhos para a conquista sejam outros, mas os parâmetros para identificar uma sociedade como desenvolvida sejam os mesmos que eram (ou são) criticados em outras concepções de desenvolvimento. Se os parâmetros para medir desenvolvimento ainda são os mesmos, leva a inferir que a maior atenção a diversidade regional, considerando aspectos ambientais, econômicos, sociais e culturais, não alcançou a dimensão sugerida ou desejada. A proposição de uma concepção de desenvolvimento inovador deve também estar acompanhada de novos parâmetros de avaliação que meçam o grau de satisfação da população no que diz respeito a sua condição social e econômica. Caso o objetivo do poder público seja estancar ou reverter o êxodo rural, não serão aspectos relacionados à geração de riqueza que fixarão a população no rural, mas a satisfação em viver num ambiente aprazível e que possibilite vislumbrar o futuro com certa segurança. Os aspectos que são levados em conta pela população para descrever ou traduzir a sua satisfação ou não em viver no rural são próprios e particulares de cada sociedade (visão de mundo, cultura) e que não devem ser identificados somente pela geração de riqueza. Talvez, dependendo de aspectos subjetivos da sociedade, a riqueza não espelha desenvolvimento, mas outros impregnados de simplicidade.

4. Desenvolvimento Rural: os distintos entendimentos das organizações públicas oficiais

A análise dos distintos discursos, dos representantes das organizações públicas oficiais, sobre desenvolvimento rural apresenta, grosso modo, formulações ou idealizações das organizações que os interlocutores representam, mas, também, entendimentos próprios, configurando-se em julgamentos favoráveis, em alguns momentos, e,

noutros, em opiniões pessoais divergentes as quais institucionalmente defendem. Comportamento legítimo, já que as pessoas têm a *liberdade* de examinar seus pontos-de-vista, através do exercício de críticas e autocrítica, objetivando aprimorar concepções sobre determinado tema ou assunto.

Os relatos analisados nesta seção e nas subseqüentes mostram divergências não só em relação à organização que representam, mas, também, entre as demais organizações pares. Divergências que expressam disputas, por vezes ocultas, de espaço, visibilidade ou poder. Salienta-se, por questões éticas, que não serão identificados os entrevistados e as organizações a que pertencem, identificando-os simplesmente por uma letra do alfabeto atribuída aleatoriamente.

Com base nas perguntas apresentadas anteriormente e na *livre* interpretação e resposta dos entrevistados, foram identificados três tópicos que expressam formulações, idéias, noções e opiniões; grosso modo, *acepções*. Esses três tópicos dizem respeito ao entendimento institucional e pessoal sobre desenvolvimento rural, ao fazer desenvolvimento rural e à inter-relação entre organizações e políticas públicas. Um quarto tópico poderia ser identificado, este relacionado à questão ideológica que estaria por detrás, ou na frente, das respostas dos entrevistados.

4.1 Interpretações sobre desenvolvimento rural

O termo desenvolvimento rural está fortemente atrelado a dois objetivos que permanecem presentes no pensar do governo e da sociedade em geral, apesar do esforço de incorporar ao discurso (escrito e oral) elementos que visem reduzir o grau de importância desses objetivos. Estes dois objetivos estão relacionados à geração de renda e de emprego. Apesar do esforço de integrar outros elementos ou aspectos (sociais e ambientais, por exemplo), a questão da geração de renda e de emprego permanece intocável e hegemônica na pauta de discussão sobre a problemática do desenvolvimento rural. Essa importância pode ser percebida nos discursos que serão apresentados nesta seção, como, por exemplo, do representante da organização “A”:

A idéia vigente na literatura ou nas academias brasileira é de crescimento econômico e de aumento de produtividade, é essa a idéia que vigora na questão do agronegócio. É exportar e

incorporar bens e serviços. Eu tenho uma visão que o desenvolvimento rural não é só isso, mas é importante para o país, nos temos que gerar divisas, temos que gerar emprego, renda, tem que ter toda uma dinâmica econômica que está por traz disto. Agora, se as pessoas que estão lá no meio rural não tiverem mais qualidade de vida, não tiverem mais felicidade, não tiverem a preservação da cultura, não existe desenvolvimento. Então o que nós estamos trabalhando aqui é o conceito de desenvolvimento focado no território, com o empoderamento da sociedade civil e nos enxergamos com uma agência de desenvolvimento que tem que trabalhar não só a questão tecnológica, mas trabalhar alguma coisa, alguma competência que a gente possa ter em instrumentalizar as organizações que lidam com o meio rural para que elas possam se beneficiar de políticas públicas. (Representante da organização “A”)

Inicialmente podem-se destacar dois momentos na fala do representante da organização “A”, num primeiro o entendimento amplo e talvez institucional e no segundo a sua *visão* pessoal, mas que não está totalmente desvinculada do entendimento da organização que representa. Num rápido *passar de olhos* sobre esta fala, observa-se que ela está em consonância com as diretrizes do Governo Federal sobre desenvolvimento territorial, demonstrando certa preocupação de conjugar interesses do Governo Federal (geração de divisas) com o da sociedade (qualidade de vida, preservação da cultura, felicidade). Para articular tais interesses, faz uso das contribuições de Amartya Sen (2000), numa perspectiva de “empoderamento” da sociedade. Em certa medida, a idéia de desenvolvimento rural está contida numa perspectiva maior (territorial), compreendendo aspectos além do econômico, mas submisso a este, e de forte dependência das políticas públicas.

O entrevistado “B” representa uma das organizações que está comprometida com a questão do desenvolvimento rural. Para o representante da organização “B”:

Desenvolvimento rural são várias ações que acontecem num determinado local, numa determinada região que visam a melhoria da qualidade de vida das pessoas, onde se movimentam projetos, atividades em prol da melhoria da qualidade de vida. Na verdade, o desenvolvimento rural proporciona para as famílias rurais é a qualidade de vida, envolvendo questões de saúde, saneamento básico, da renda da agricultura, da alimentação, da segurança alimentar. (Representante da organização “B”)

Uma formulação distinta da apresentada anteriormente, já que, talvez, espelha mais as ambições da população. Uma noção de desenvolvimento rural endógeno, em que o bem-estar das pessoas (qualidade de vida) merece destaque. A renda também é lembrada, mas como apêndice necessário para o desenvolvimento e, conseqüentemente, para o alcance da qualidade de vida. Essa mudança de posicionamento (ou importância dada) da questão renda do primeiro (“A”) discurso para o segundo (“B”), pode refletir distanciamento ou proximidade com a realidade. Entretanto, observa-se que as duas organizações *pensam* desenvolvimento rural como resultado da intervenção do Estado com a *movimentação* de projetos e atividades.

Outra organização pública oficial que contribuiu para a análise sobre desenvolvimento rural é identificada como organização “C”. Para esta, desenvolvimento rural é:

uma maneira que nós possamos proporcionar ao nosso morador do meio rural uma vida digna, e dar facilidade que tem o homem da cidade. Que ele viva dignamente, que ele consiga se desenvolver de uma maneira sustentável, que ele não degrade sua propriedade e consiga se desenvolver mantendo a capacidade produtiva da propriedade e que ele, além de viver bem, possa levar uma vida social digna. Que ele tenha momentos para diversão, para lazer, para ele e sua família, e se nós não promovermos esse desenvolvimento rural sustentável vai acabar, a cada vez, aumentando o êxodo rural. (Representante da organização “C”)

Neste discurso observa-se a preocupação com a qualidade de vida, mas principalmente com uma qualidade de vida que tenha como parâmetro as facilidades da cidade. A produção e geração de renda estão, na fala deste representante, em segundo plano, mas necessária para garantir as facilidades “que tem o homem da cidade”. Neste discurso há um destaque para a questão do meio ambiente, principalmente com a preservação da capacidade produtiva da propriedade, refletindo, novamente, uma relativa preocupação com as condições de geração de renda. A palavra “sustentável”, utilizada pelo entrevistado, expressa a necessidade de relacionar desenvolvimento rural com a preservação ambiental e, conseqüentemente, com a manutenção ou melhoramento das

condições de reprodução das famílias a partir da produção agrícola. Dois aspectos podem auxiliar no entendimento do relativo destaque que o entrevistado dá a preservação das condições de produção da terra. Em primeiro lugar o entrevistado está responsável por uma organização que tem significativa importância para a economia local, visto que o município de Canguçu é basicamente dependente economicamente do setor agrícola e que a maior parcela da população do município reside na área rural. Ou seja, garantir resultados favoráveis para a economia do município e a permanência da população no meio rural, já que a cidade de Canguçu e os municípios vizinhos não têm condições de absorver uma nova aceleração do êxodo rural e os problemas sociais do urbano estão num crescente. O segundo aspecto está relacionado às características da realidade rural do município e região, principalmente pelo significativo número de propriedades rurais familiares, pelos níveis de pobreza rural e pelas características do relevo da região (acidentado), entre outros.⁵ Tais características corroboram para a relativa preocupação com a degradação ambiental, e, conforme Finco et alii (2004), há relação entre problemas de degradação ambiental e pobreza rural.

Observou-se, com base nos discursos apresentados acima, que o entendimento sobre desenvolvimento rural está fortemente ligado (ou influenciado) ao ambiente institucional em que se está inserido, ou seja, dependendo dos interesses e da atuação constrói-se uma noção ou idéia de desenvolvimento rural. Pode-se, grosso modo, identificar as características dos discursos com o grau de distanciamento com a realidade, quanto mais próximo da ação prática, mais aplicado está a noção de desenvolvimento. Isto será também observado nos discursos que serão analisados no decorrer do trabalho. Mas para dar um exemplo prático pode-se observar na resposta do representante da organização “D”, mostrando, apesar da sua atuação prática, certa amplitude ou quem sabe imprecisão:

Desenvolvimento rural a gente busca, não sei se um dia a gente atinge, mas a gente busca como um conjunto de esforços de integrar os potenciais que nós temos, envolvendo a economia, o

⁵ Segundo Censo Agropecuário (1995-1996), o município de Canguçu tem 9.215 estabelecimentos agrícolas, destes, 8.169 têm até 50 hectares, representando mais de 80% dos estabelecimentos rurais, ocupando cerca de 42% da área total do município. Estabelecimentos com mais de 50 hectares abrangem aproximadamente 58% da área do município, e no estrato de mais de 100 hectares esse percentual corresponde a 46%.

ambiente, a cultura e a identidade que este povo tem. (representante da organização “D”)⁶

4.2 Como fazer desenvolvimento rural

Ainda não foi encontrada uma fórmula ou receita para fazer desenvolvimento rural. Talvez seja uma tarefa impossível de executar, já que se trata de ações que buscam transformar interesses particulares em coletivos, ou melhor, subordinar interesses particulares aos coletivos. Trata-se de uma complexidade submersa num determinado contexto social mediado pelas relações de poder, conseqüentemente envolvidas em imposições que visam resguardar interesses particulares. Resumindo, subordinar interesses particulares aos interesses particulares dos que possuem maior porção de poder (pressupondo-se relações de poder assimétricas), transfigurando os interesses particulares, dos que detém maior parcela de poder, em coletivos. Essa transfiguração, talvez manipulação, por vezes é facilitada pela fragilidade das organizações dos atores sociais de base (neste caso, representação dos agricultores familiares de determinada região – associações, cooperativas, etc.).⁷ Apesar da complexidade do tema desenvolvimento rural, pôde-se identificar algumas *sugestões* para buscá-lo, como se observa nas palavras do representante da organização “A”:

Não é só a questão tecnológica, é a questão de quebra de dependência a rotas de insumos, sobre as quais a gente não tem controle. É a diversificação de matriz produtiva para não ficar na dependência de poucas grandes culturas, que quando uma ou duas entram em crise toda a economia desanda. É potencializar os mercados locais. É potencializar uma relação mais solidária entre produtores e consumidores. É rediscutir essa relação sociedade com a natureza. Esse é um pouco o foco que enxergamos o papel da Embrapa aqui na região. (Representante da organização “A”)

⁶ Observa-se neste discurso certa proximidade com as diretrizes do Governo Federal para o desenvolvimento territorial, ranqueando o “econômico” como primeiro na lista de importância.

⁷ Sobre participação dos atores sociais nas estratégias de desenvolvimento, ver Silva (2002).

A noção de desenvolvimento rural, na análise do depoimento acima, prioriza, em certa medida, uma determinada perspectiva de desenvolvimento endógeno. Observa-se relação com a noção de desenvolvimento rural apresentada por José Eli da Veiga (1998), visto que em ambos há a preocupação de resguardar certa autonomia do sistema econômico local (quebra de dependência), intensificar e fortalecer as relações sociais (participação efetiva da população local no processo de desenvolvimento) e promover a integração harmônica entre a sociedade e a natureza. Inspirando-se nas palavras do representante da organização “A”, o desenvolvimento rural pode ser alcançado pela diversificação da atividade de produção agrícola para abastecer mercados locais e regionais, vislumbrando uma relação de confiança entre produtor e consumidor (comprometimento entre ambos, agricultor forneça produtos de qualidade e consumidor priorize estes), e que a sociedade repense sua relação com a natureza. Uma perspectiva de desenvolvimento rural com viés agrícola, já que, aparentemente, oculta uma possível complementaridade entre setores da economia local. Olvidar tal complementaridade é justificável, primeiro pela relação direta da organização que representa com o rural, e, segundo, pela própria indução do questionamento, já que esse estava voltado para o desenvolvimento do rural.

Na perspectiva do representante da organização “B”, o desenvolvimento rural deve partir da população local, mas para isso ela precisa estar qualificada para encaminhar o processo de desenvolvimento de acordo com suas ambições ou necessidades. Como se pode observar nas palavras do entrevistado (abaixo), a partir de sua experiência prática, um dos diferenciais no processo de desenvolvimento de determinadas comunidades (localidades rurais) está nas características da população ou da sua liderança, pessoas com certa escolaridade e senso crítico para identificar problemas e soluções. Entretanto, conforme o entrevistado, escolaridade e senso crítico não são as únicas características necessárias aos líderes ou a população para o desenvolvimento, mas possuir a capacidade de considerar o local ou a região como um todo, talvez numa perspectiva de imparcialidade, sistêmica e, conseqüentemente, complexa. As organizações públicas oficiais devem ser um instrumento acessório na promoção do desenvolvimento, participar no momento que é chamado a responsabilidade. Nessa perspectiva, o desenvolvimento rural estaria vinculado ao maior grau de liberdade, *empoderando* a população, de acordo

com as contribuições de Sen (2000), para realizar escolhas e determinar o futuro.

A limitação ou dependência, por vezes impostar ou estimulada pelo poder público, resulta em populações sem personalidade e autonomia para conduzir seu desenvolvimento. Por conseguinte, as populações ficam suscetíveis aos ditos “pacotes prontos”, já que as organizações públicas precisam justificar sua existência, seja por demanda (ideal) ou imposições.

(...) existem comunidades mais desenvolvidas que atendem as comunidades, com pessoas mais instruídas, pessoas que vêem os problemas e procuram solucionar. E outras comunidades que não tem aquela condição de conhecimento e de desprendimento para o desenvolvimento. O desenvolvimento pode ser taxado, pode ser alicerçado por pessoas líderes, por lideranças que procuram enxergar num todo a sua comunidade. (...) as entidades têm que fazer ou ir de encontro com as necessidades dos produtores. É lógico que nós não vamos levar pacotes prontos. É lógico que nós não vamos chegar lá e dizer “o senhor precisa disso, a sua família precisa disso”, e sim, precisamos ouvi-los, eles fazerem a colocação de suas necessidades, e fazer o que puder, dentro do possível, daquilo que eles almejam ou buscam para a sua melhoria de vida dentro da comunidade. (Representante da organização “B”)

As sugestões para a promoção do desenvolvimento rural, dos representantes das organizações “A” e “B”, mostram perspectivas distintas, já que a primeira traz forte influência das contribuições teóricas e a segunda está baseada na experiência prática.

4.3 Ações coordenadas e sinergias para o desenvolvimento rural

Além das contribuições acima ou ainda a título de sugestão para a promoção do desenvolvimento rural, pôde-se identificar nos discursos dos entrevistados certa preocupação com a melhor articulação das organizações, que estão inseridas na região, e das ações de políticas públicas. Identificam como limitante do desenvolvimento a inexistência de uma estratégia de ação coletiva, principalmente para maximizar os resultados dos esforços do poder público. Estas observações ou preocupações indicam que, por um lado, o poder público está presente e

comprometido com a promoção do desenvolvimento rural, mas, por outro lado, apontam para certa desorientação das ações das organizações.

O relato do representante da organização “A” é emblemático, apresentando uma breve caracterização do problema e suas fragilidades:

Existe, de uns anos para cá, uma série de políticas públicas que elas são muito compartimentalizadas dentro das instituições que as organizam ou dos Ministérios que as organizam, e uma coisa que no meu entender falta é um processo de transversalização dessas políticas públicas para que elas possam ter mais eficiência, mais sinergismo. Não adiante ter uma política de apoio ao Fome Zero, do Ministério do Desenvolvimento Social, uma política de integração nacional do Ministério da Integração, uma política de Desenvolvimento Agrário, se elas não estiverem conectadas, pior ainda é que elas, as vezes, podem estar sobrepostas e duplicando esforço e perda de recurso e perdendo eficiência. (...) O que eu vejo, às vezes, é a falta de conexão entre as ações dos governos municipais, dos governos estaduais e do governo federal, e até de agências do mesmo governo, do mesmo âmbito da política, ou de Ministérios com focos diferentes na mesma região, ou com focos que não se complementam dentro da mesma região. (Representante da organização “A”)

Como se pode observar na entrevista do representante da organização “A”, existe certa dificuldade de promover ações articuladas entre as organizações presentes na região ou território. A falta de orientação ou de um plano estratégico, em que são identificados os problemas, os objetivos e as ações, pode trazer conseqüências que retardem o processo de desenvolvimento de determinada região, resultando, no mínimo, em custos econômicos e sociais. A atuação das organizações de forma desorientada pode ocasionar sobreposição de políticas, descuido com certos segmentos ou áreas da sociedade e aumento desnecessário dos gastos públicos. A sobreposição de políticas ou de ações do poder público pode levar a disputas entre as organizações, desautorizando ou anulando intervenções de outras organizações e, quem sabe, comprometendo os resultados de todas as organizações concorrentes. A falta de organização pode acelerar o processo de desigualdade no interior da região ou do território, visto que a concentração de ações do poder público num determinado segmento ou área da sociedade pode privilegiar uns em detrimento de outros, resultando num processo desequilibrado que poderá comprometer o desenvolvimento da

região ou território. A limitação de recursos, de diversa natureza, para fomentar o processo de desenvolvimento é um problema que exige atenção das organizações, por isso a necessidade de organizar em conjunto as ações, objetivando maior eficiência e eficácia. Ordenando e integrando forças num processo de ação articulada entre as organizações evitará possível duplicação de gastos e provavelmente terá maior capacidade de identificar efeitos diretos e indiretos de cada ação, resultando, possivelmente, em ganhos sociais e econômicos de melhor *qualidade*.

As palavras do representante da organização “B” expressam, grosso modo, as mesmas inquietações do representante da organização “A”, reafirmando a pouca ou inexistente sinergia entre as organizações. Talvez a dificuldade de produzir certa sinergia entre as organizações estaria relacionada e uma possível disputa por espaço para a promoção do desenvolvimento rural, resultando em ações que estariam fundamentadas em entendimentos ou ideologias distintas. Nessa provável disputa por espaço entre as organizações a população local seria a maior prejudicada, juntamente a que deveria ser a maior beneficiária dos resultados. Essa provável disputa por espaço de ação para a promoção do desenvolvimento rural também pode estar vinculada ao que se observou nas palavras do representante da organização “B” quando destaca, na seção anterior, que “precisamos ouvi-los”, talvez seja um sinal da falta de espaço para que a população local possa debater sobre as possíveis orientações que vislumbram para o desenvolvimento da região.

Eu até acho que os atores estão bons, mas precisava ter uma maior integração desses atores com eles próprios, porque muitas vezes fica mais uma entidade trabalhando e os outros não estão muito juntos. (...) Duplicidade de ação é muito perigosa, até pelas necessidades de gasto, pessoal, carro. Eu estaria satisfeito com as entidades que tem no município, mas é preciso que elas se entendam no trabalho, par ser levado para o produtor. (Representante da organização “B”)

Por fim, o depoimento do representante da organização “D” deixa mais claro a possível disputa entre as organizações que objetivam o desenvolvimento rural.

É um conjunto, cada um do seu jeito. Nós temos aqui um órgão de pesquisa que é a Embrapa que faz esforços para fazer pesquisa

em prol do desenvolvimento rural sustentável. A Emater que tenta fazer desenvolvimento também na sua ideologia, na sua forma de agir. Temos o CAPA, as Cooperativas e associações de agricultores que há anos vem tentando implementar o desenvolvimento fixando o agricultor. (Representante da organização “D”)

Como está destacado acima, “é um conjunto” de organizações que procuram o mesmo objetivo – desenvolvimento, mas é “cada um do seu jeito”. As falas expressam, em certa medida, uma disputa ideológica, impedindo a conjunção de ações. As disputas por espaço (quem sabe de visibilidade) pode levar a uma desvalorização da opinião da própria população local, recorrendo-se, conseqüentemente, nos mesmos erros do passado, como observado nas palavras do representante da organização “B”:

Eu acredito que muitas vezes esses entes públicos e até as entidades de apoio (ONG), elas erram muito porque partem do pressuposto que elas conhecem bem a realidade e sabem o que é necessário para acontecer o desenvolvimento, e muitas vezes a gente se engana. (Representante da organização “B”)

5. Desenvolvimento Rural: concepções e idealizações das representações dos movimentos sociais articulados

As entrevistas com os representantes dos movimentos sociais articulados trouxeram informações importantes para este estudo, apresentando concepções e idealizações. Numa análise comparativa inicial que levou em consideração as respostas dos representantes das *organizações públicas oficiais* e dos *movimentos sociais articulados* puderam ser identificadas distinções marcantes. De modo geral, o conteúdo das entrevistas dos *representantes das organizações públicas oficiais* esteve resumido nos seguintes tópicos: a) entendimento institucional e pessoal sobre desenvolvimento rural; b) como fazer desenvolvimento rural e c) inter-relação entre organizações e políticas públicas. Ao analisar o conteúdo das entrevistas dos representantes dos movimentos sociais articulados identificaram-se, basicamente, dois tópicos: l) entendimento

institucional e pessoal sobre desenvolvimento rural e II) questões ideológicas; distintamente dos *representantes das organizações públicas oficiais*, os *representantes dos movimentos sociais articulados* não abordaram a questão “como fazer desenvolvimento”. Abordaram nas suas falas, além dos entendimentos sobre desenvolvimento rural, aspectos que se identificou, a título de análise inicial (grosseira), com certo discurso ideológico (principalmente pelo posicionamento crítico ao outro).

Os discursos dos *representantes dos movimentos sociais articulados* foram analisados e classificados em dois tópicos (destacados no parágrafo anterior) discutidos nas subseções seguintes. Salienta-se que, além dos dois tópicos, outras questões foram identificadas e serão abordadas na última seção deste trabalho.

5.1 Percepções sobre desenvolvimento rural

Destacaram-se dois entendimentos sobre desenvolvimento rural que se considera, na perspectiva deste trabalho, emblemáticos, resultantes das declarações dos representantes das organizações “E” e “F”. Na declaração do representante da organização “E” observa-se relativa preocupação para que o processo de desenvolvimento ocorra de forma igualitária entre grupos sociais e pessoas. Concepção que, em certa medida, atenta para questões que estariam vinculadas as distorções produzidas pelo processo de desenvolvimento caracterizado pelo favorecimento de poucos no passado. Conjectura-se que a significativa relação entre desenvolvimento rural e igualdade, expressa nas palavras do entrevistado, é reflexo das experiências do passado e de um posicionamento previdente. Provavelmente, no passado, determinados grupos sociais (excluídos), principalmente de regiões marginalizadas, não tinham reconhecimento, condições e nem direitos assegurados para participar da vida em sociedade, quanto mais ter acesso a políticas públicas. Outro aspecto deste discurso é que desenvolvimento rural, nas palavras do entrevistado, não está diretamente vinculado às condições de reprodução econômica, ou seja, não impõe ao poder público responsabilidade de produzir condições para o desenvolvimento, como, por exemplo, disponibilizar linhas de crédito para atividade agrícola ou outras políticas com objetivos de fomentar o aumento da produção. Talvez imponha, indiretamente, responsabilidade ao poder público de assegurar

igualdade de condições a todos os segmentos sociais, fornecer o básico para alcançar qualidade de vida digna (por exemplo: saneamento, saúde, educação) e, conseqüentemente, serem reconhecidos como cidadãos. A utilização da palavra “crescimento” porventura indica que o econômico também tem espaço (importância) na concepção de desenvolvimento, mas não um problema premente. Nesse sentido, suspeita-se que, de acordo com as possíveis interpretações sobre as palavras do entrevistado, há segurança e reconhecimento da capacidade produtiva da população (pouca dependência do poder público), desde que os direitos e as condições sejam igualmente garantidos a toda sociedade.

Desenvolvimento rural é quando uma comunidade (...) toda ela se desenvolve sem exclusão de alguns. Muitas vezes ocorre crescimento de alguns, enquanto que alguns ficam na *submissão*. Então desenvolvimento, para mim, é quando toda uma comunidade alcança qualidade de vida de uma maneira geral, consegue ter direitos respeitados, consegue ter cidadania. (Representante da organização “E”)

A compreensão sobre o termo *desenvolvimento rural*, grosso modo, tem alguns aspectos que estão presentes na maioria das concepções sobre o tema. A *estrutura rígida* que compõe a definição sobre *desenvolvimento rural* estaria calcada na questão da qualidade de vida e do bem-estar da sociedade, ou seja, certo equilíbrio nas condições sociais e ambientais, capaz de ensejar uma existência agradável e próspera. Nesse sentido, estão subentendidos aspectos como satisfação, segurança, conforto e tranqüilidade. Para alcançar qualidade de vida e bem-estar o caminho mais curto, no ponto-de-vista dos pensadores sobre problemas do mundo rural, estaria vinculado diretamente à questão econômica. Entretanto, esse ponto-de-vista vem num processo de ajustamento com os interesses dos que vivem no rural, integrando elementos que dizem respeito às concepções de vida das populações rurais, como, por exemplo, a questão cultural.

As palavras do representante da organização “F” mostram certo processo de adaptação aos interesses da população rural, já que trabalhava os elementos “econômico” e “ecológico” e integraram outros, como a questão da cultura local, com o intuito de “melhorar a qualidade de vida” ou para tentar alcançar o estado de contentamento (satisfação) da população rural. No entanto, percebe-se, haja vista as diretrizes do Governo Federal,

elevado grau de importância do aspecto econômico na promoção do desenvolvimento rural. Levando em consideração essa óptica, o desenvolvimento rural e a satisfação da população rural são, grosso modo, conseqüência dos resultados econômicos. Desta forma, o que acontece é simplesmente agregar ao *econômico* outros aspectos a fim de alcançar o tão desejado desenvolvimento rural. Um exemplo está nas palavras em destaque abaixo, que inicialmente ajustavam a alça de mira na questão econômico, posteriormente incorporaram à ecológica e atualmente introduziram a questão cultural, como conseqüência desta miscelânea chega-se a uma melhor qualidade de vida e ao desenvolvimento rural. Não é uma crítica específica, mas uma constatação que perpassa pelo emaranhado de idéias ou noções sobre desenvolvimento rural.

Pois é (...) pensando muito na nossa prática, desenvolvimento rural e sustentável, no caso, ele tem que levar em conta a qualidade de vida das pessoas, melhorar a qualidade de vida, a questão da organização e autonomia dessas comunidades e também a gente tá trabalhando a questão da cultura local. Então, envolver outros elementos além do econômico e do ecológico que a gente vinha tradicionalmente trabalhando. (Representante da organização “F”)

5.2 Indicativos ideológicos

A análise das entrevistas dos representantes dos movimentos articulados permitiu identificar alguns elementos que demonstram certo embate ideológico. Esse embate ideológico é constituído por sistemas de idéias sustentados por determinados grupos sociais, refletindo compromissos institucionais, políticos ou econômicos distintos. Esse campo de disputa, principalmente numa perspectiva de desenvolvimento rural, produz conseqüências nem tanto positivas, visto que no meio desse fogo cruzado estão populações que não consideram os mesmos aspectos ideológicos que as organizações que estão interessadas no fomento do desenvolvimento rural. As populações rurais, em boa parte, imbuem de significativo grau de importância aspectos ideológicos vinculados a princípios morais e religiosos, refletindo preceitos socialmente estabelecidos pela sociedade ou por determinado grupo social. Nas palavras do representante da organização “G” pode-se observar que há uma disputa ideológica latente (como exemplo: “tem entidades que acham que

desenvolvimento é o agricultor integrado a Votorantin”), e que penaliza quem deveria ser beneficiado (população rural), principalmente por acabar perdido em meio a interesses de outrem (“cria uma grande confusão na cabeça das pessoas”). As organizações, de modo geral, priorizam interesses próprios para depois despender atenção ao seu *público alvo* ou a sua *missão*. Pelo observado nos depoimentos, o contingente de organizações *interessadas* no desenvolvimento rural do Território Zona Sul do Estado – RS é apreciável. Aparentemente este não é um problema, mas a falta de articulação entre os mesmos.

Canguçu tem um aparato todo de organizações que trabalham esse debate, o problema é que tem entidades que acham que desenvolvimento é o agricultor integrado a “Votorantin”. Tem um conjunto que cria uma grande confusão na cabeça das pessoas, por exemplo, tem o movimento social, tem o movimento sindical, tem o movimento associativo, tem o poder público do município, tem a Emater, tem as organizações públicas, tem as organizações dos camponeses, então é uma série de conteúdo quanto a desenvolvimento, que trabalham essas questões. Tem várias percepções. (Representante da organização “G”)

Nas palavras do representante da organização “F” também é possível observar certa disputa ideológica (“uma visão, uma leitura”) onde o oponente é identificado como o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e as administrações municipais. De certa forma atribui responsabilidade a dificuldade de promover desenvolvimento rural a esses atores do poder público.

Aqui nós estamos com bastante problema de ações do governo do estado, que é uma visão, uma leitura. Nós não temos um conjunto de políticas públicas voltadas para aqueles com quem a gente trabalha, agricultores familiares e pescadores artesanais, quilombolas. Tudo isso é um público que hoje, por diversos segmentos do governo do estado, não estão se desenvolvendo. E algumas prefeituras municipais que enxergam o campo ou o rural como apêndice. (Representante da organização “F”)

Analisando alguns estudos sobre desenvolvimento rural e territorial identificou-se um *princípio* (se assim pode-se denominar) que está presente em boa parte das definições ou noções. Este princípio é o da *articulação* ou *relação* (também referido como, por exemplo: *ações articuladas*, *processo*

sistêmico, processos vinculados, processo de interação das relações, atuação combinada e complementar, conjunto de relações, entre outros), talvez a principal *engrenagem* para o desenvolvimento rural e territorial. Entretanto, as disputas ideológicas ou o permanente cultivo das diferenças entre as organizações emperram ou dificultam o funcionamento dessa engrenagem, comprometendo com todo um processo de desenvolvimento.

6. Desenvolvimento Rural: peculiaridades da percepção das representações dos agricultores

As representações dos agricultores são a linha de frente ou a tropa de choque dos agricultores familiares, já que essas representações são compostas basicamente pelos mesmos. São associações de agricultores ou produtores rurais e cooperativas constituídas, inicialmente, com o objetivo de defender interesses frente ao mercado, já que estão diretamente vinculadas a atividade produtiva. As entrevistas com os principais interessados (ou beneficiários) no desenvolvimento rural mostraram discursos distintos das demais representações, em certa medida diretos e práticos. A questão econômica é destaque nas falas dos entrevistados, visto que os demais aspectos da vida rural não são lembrados quando o assunto é desenvolvimento rural. Talvez a imagem que os agricultores têm de si mesmos é, basicamente, a de produtores de alimentos, e pensem que esta é a mesma percepção que as pessoas da cidade e o poder público têm deles, já que a cidade precisa dos alimentos produzidos no campo para alimentar a população urbana e o governo só intervém no rural para fomentar a produção agrícola. Isso pode produzir um aumento de importância, na percepção dos agricultores, da questão produtiva e, conseqüentemente, agrícola, como pode ser observado no depoimento do representante da organização “H”:

Desenvolvimento rural depende de cada um né, força na plantação, e tendo apoio das entidades, prefeitura, sindicato, associação. (Representante da organização “H”)

A concepção de desenvolvimento rural está calcada, inicialmente, num determinado individualismo no sentido de depender quase que exclusivamente dos próprios meios para a produção agrícola (“depende de cada um”). O papel do poder público, na percepção do entrevistado, é assessorio, um “apoio” para o melhor desempenho do agricultor. Na entrevista do representante da organização “I” observa-se a preocupação com o individualismo:

No nosso município (...) isso eu acho que é em quase todos os municípios, o pessoal caminha muito sozinho, eles não procuram se integrar muito. Eu acho que o pessoal devi se integrar mais junto a cooperativa, mais junto às associações pra isso poder se desenvolver melhor. Na verdade o próprio agricultor ele ta procurando muito sozinho, eu pra mim e depois os outros que se virem. (Representante da organização “I”)

A relação entre atividade agrícola e desenvolvimento rural é muito forte para o agricultor. A questão da produção está presente no pensamento do agricultor diariamente e permanentemente, fortalecida pelo isolamento das famílias, a má condição do sistema de comunicações e o modo de produção. A partir da constatação dessa concentração de atenção do agricultor na questão da produção é que, de modo geral, pôde-se identificar a relação entre desenvolvimento rural e atividades de lazer e qualidade de vida destacadas por alguns entrevistados. Esta relação é relevante para a qualidade de vida da população rural e um problema a resolver, como se observa na fala do representante da organização “J”:

Primeiro causo é a luz. A luz aqui do Erval é muito fraca, a noite ela não chega aos 115 (volts). (...) Tem muita coisa que tinha que se melhorada no interior. Porque que a criançada do interior vão pra cidade? Falta muito lazer pra colônia! (...) Na cidade isso é bem mais fácil passar (o tempo). (Representante da organização “J”)

A importância demasiada na questão da produção agrícola também se observa na definição de desenvolvimento rural verbalizada pelo representante da organização “J”:

Há 21 anos atrás, para nós termos uma vaca leiteira de 5 litros de leite (ao dia) era boa! Mas hoje em dia já tem vaca de 30 e não

tão contente, 30 litros de leite (ao dia). E uma vaca que ia para gado de corte com 160 quilos, 150, hoje tem vaca leiteira que tiram 400 quilos de carne. Como mudou na criação pecuária! Aumentou muito o melhoramento! E isso é o desenvolvimento rural. (Representante da organização “J”)

Comparando os diferentes entendimentos ou concepções pode-se inferir que o diálogo não se estabelece de forma harmoniosa entre os diferentes atores, visto que esse universo de profusão de formas de pensar desenvolvimento caracteriza-se por disputas de interesses que, por vezes, não refletem as ambições ou necessidades dos que realmente são os principais beneficiários (ou atores) desse processo identificado como desenvolvimento rural. Há, aparentemente, necessidade premente de qualificar e ajustar o entendimento sobre desenvolvimento rural para realmente atingir os objetivos elencados, primeiramente, pelos agricultores e, posteriormente, das demais representações que estão inseridas no rural. Qualificar os agricultores e seus representantes diretos para que possam participar da discussão com iguais condições de debate, conhecendo detalhadamente o que cada segmento da sociedade, que está incluso nesse campo de disputa, pensa sobre desenvolvimento rural, para que possam impor ao invés de se submeter a idéias ou concepções. A partir do momento que os agricultores se conscientizarem que as organizações presentes no seu meio só existem porque eles existem, e não o contrário, provavelmente as transformações no rural serão mais adequadas aos interesses deles.

Analisando comparativamente as entrevistas (palavras e expressões utilizadas), os entrevistados (comportamento diante do entrevistador) e o contexto em que estão inseridos, foi possível identificar que os representantes dos agricultores, salvo poucas exceções, foram os que apresentaram maior desconforto com os questionamentos. Esse desconforto está relacionado, inicialmente, a questões que refletem a auto-estima dos agricultores, produzindo a humildade negativa, o auto-reconhecimento da incapacidade (inexiste) – autodesvalorização, como pode ser observado nas palavras do representante da organização “J”:

Mas quem deveria fazer é a prefeitura ou governo do estado, os caras mais inteligentes. Porque sabe que o agricultor não é o cara que fala bonito. Muitas vez o agricultor sabe muito mais que o

grande lá, mas tem vergonha de dizer o que precisa. “Se eu vou dizer, amanhã eles vão me cobra e eu não vô nem sabe responde.” Por isso que a maioria do colono não fala. (Representante da organização “D”)

As expressões identificadas no discurso acima (“os caras mais inteligentes” - referente aos representantes do poder público - e “agricultor não é o cara que fala bonito”) mostram o que possivelmente seja um limitador da participação dos agricultores nos debates sobre desenvolvimento rural. Aspectos como esses deve ser levados em consideração quando pensadas as ações para o desenvolvimento rural.

7. Considerações sobre Alguns Condicionantes para o Desenvolvimento Rural: interesse, iniciativa e vontade

A análise das informações contidas nas entrevistas permitiu identificar alguns aspectos que podem contribuir para melhorar os resultados das ações que visam o desenvolvimento de regiões rurais. Foi possível identificar interpretações, noções, entendimentos e idéias, elementos necessários para compreender o processo de desenvolvimento. Entretanto, uma questão esteve freqüentemente presente nas falas dos entrevistados, essa questão esta diretamente ligada ao agricultor, já que diz respeito ao comportamento deste. São aspectos relacionados com o interesse, a iniciativa e a vontade de desenvolver, estes, na percepção dos entrevistados, precisam estar presentes no conjunto de qualidades (características) que define a personalidade do agricultor ou de um grupo de pessoas. Aspectos que impõem, em certa medida, a responsabilidade pelo desenvolvimento aos próprios agricultores. A seguir destacam-se alguns relatos que identificam esses aspectos como necessários ao desenvolvimento rural:

Primeiro tu tem que conhecer a realidade, saber quais são as vontades, porque tu só faz desenvolvimento se as pessoas, de fato, estão motivadas para aquilo né. (...) O que é necessário para o desenvolvimento é considerar eles (agricultores familiares, quilombolas, pescadores) como gente, como quem existe, aí é o mundo. (Representante da organização “D”)

Das palavras do representante da organização “D” podem-se destacar quatro questões importantes para o processo de desenvolvimento rural que são: 1) conhecer a realidade; 2) reconhecer e valorizar o agricultor; 3) saber quais as vontades; e 4) motivação dos agricultores para o desenvolvimento. Talvez seja esta uma possível indicação ou pista para o desenvolvimento. Das quatro questões, três estão sob responsabilidade das organizações que pensam a problemática do desenvolvimento rural e a quarta, mas talvez a mais importante, está nas mãos do agricultor. Entretanto, em todas essas há a necessidade da participação de todos (num processo dinâmico, relacional e interdependente), ou seja, organizações e agricultores. Conhecer a realidade é dever das organizações que estão trabalhando pelo desenvolvimento rural, mas quem mais conhece a própria realidade é o agricultor. Reconhecer e valorizar o agricultor também são deveres das organizações e da sociedade como um todo, mas o agricultor tem que se fazer reconhecer e valorizar. Identificar as vontades dos agricultores ou da população rural também é responsabilidade das organizações, mas expressar ou facilitar a identificação das vontades é dever dos agricultores. Por fim, a motivação, para um processo de transformação, precisa estar presente no agricultor, através, principalmente, do sentimento de segurança na sua capacidade e do reconhecimento de sua importância para do processo de transformação. A segurança na sua capacidade e o reconhecimento de sua importância não esta exclusivamente sob responsabilidade do agricultor, mas das organizações no sentido de articular meios para fomentar os sentimentos de segurança e reconhecimento.

Mas eu acho que deveria ter mais uma maior participação das próprias pessoas lá do interior. Que eles queiram, que eles tenham a vontade de mudar, tenham a vontade de fazer. Eu acho que aí as entidades irão promover ou facilitar o desenvolvimento dessas pessoas, mas é preciso que venha de lá, que venha do interior. Tem que querer fazer! (Representante da organização “B”)

O representante da organização “B” situa-se na mesma linha de pensamento do representante da organização “D”, em que a motivação dos agricultores é necessária (ou indispensável – “Tem que querer fazer!”) para o desenvolvimento. A motivação pode ser estimulada através de um

conjunto de processos que dará ao comportamento uma determinada intensidade que levará os agricultores a um processo de desenvolvimento próprio. Nesse sentido, as organizações entram como fomentadoras desse conjunto de processo por meio de ações que promovam a elevação da auto-estima e, conseqüentemente, da confiança em seus atos.

Acho que os agricultores deveriam se apropriar mais desse conteúdo (desenvolvimento rural) e entre eles haver essa iniciativa, está muito de cima para baixo, as pessoas ficam consumindo uma série de informação e de propostas, mas teria que criar mecanismos de formação e divulgação pra surgir por parte dos próprios agricultores. Todas as questões trabalhadas no desenvolvimento têm vindo prontas, tem vindo já mastigadinho, pensado, o agricultor só entra na hora da parte penosa mesmo. Então eu acho que um ator principal, e ele nunca consegue ter uma inserção forte, por uma série de elementos, mas teria que trabalhar o próprio camponês para ele ter condições de pensar um pouco mais nessa questão do desenvolvimento. Não há uma efetiva participação dele mesmo (agricultor), então nós teríamos que ter mais lideranças capacitadas nas comunidades para ter essa intervenção dentro das comunidades, bem mais crítica. Teríamos que ter nas comunidades pessoas preparadas para pensar estratégias de desenvolvimento para as comunidades. Porque ali é onde dá o ciclo de exploração ou de êxito das comunidades. Normalmente a Emater e as lideranças que trabalham no MPA ou a prefeitura vai uma vez por mês nas comunidades, mas a rotina de suportar a exploração ou de ser contentado com alguma conquista, quem vive é a comunidade e ela tem que ter uma clareza maior sobre isso, então teria que propiciar um mecanismo que a comunidade dominasse e que houvesse uma proposta da comunidade. (...) e aí sim dialogar com os órgãos públicos, dialogar, com as entidades de classe, mas há um desnível muito grande, não que seja de conhecimento, mas de estrutura e de tempo. (Representante da organização “G”)

Por fim, as palavras do representante da organização “G” resumem, relativamente, as questões apresentadas neste trabalho, e destaca a importância do agricultor no processo, visto que é ele quem vivencia as conquistas e os fracassos, e sabe o quanto representa cada momento de felicidade ou infelicidade. Também destaca a importância da formação e qualificação dos agricultores para o debate sobre desenvolvimento, questão destacada anteriormente. Sem qualificação e autoridade o agricultor continuará a margem do pensar desenvolvimento.

Esses aspectos também são necessários para motivar o agricultor a pensar desenvolvimento, além de estimular o espírito crítico que contribuirá para enriquecer o debate sobre desenvolvimento rural.

8. Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. **O Futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ALONSO, José Antônio Fialho; BANDEIRA, Pedro Silveira. Crescimento Inter-regional no Rio Grande do Sul, nos Anos 80. IN: ALMEIDA, Pedro Fernando Cunha (Coord.). **A Economia Gaúcha e os Anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística (FEE), 1990.

COURY, Guillaume. Norbert Elias e a Construção dos Grupos Sociais: Da Economia Psíquica à Arte de Reagrupar-se. In: GARRIGOU, Alain; LACROIX, Bernard. **Norbert Elias: A Política e a História**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

DELGADO, Guilherme. **Expansão e Modernização do Setor Agropecuário no Pós-Guerra: um estudo da reflexão agrária**. Estudos Avançados, n° 43, v. 15, São Paulo, USP, set./dez. 2001, pp. 157-172.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Lisboa/Portugal: Editora Edições 70, 1999.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2000.

FINCO, Marcus Vinícius Alves; WAQUIL, Paulo Dabdab; MATTOS, Ely José. Evidências da relação entre pobreza e degradação ambiental no espaço rural do Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 249-276, 2004.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1995-96.

FREITAS, Décio. **O Capitalismo Pastoril**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1982.

GEERTZ, Clifford. **O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis/RJ, Vozes, 1997.

MDA/CONDRAF. **Diretrizes para o Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília, 2006.

MDA/SDT. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil**. Brasília, Série Documentos SDT: número 1. Versão março de 2005.

PAULILLO, Luiz Fernando. **Redes de Poder e Territórios Produtivos: indústria, citricultura e políticas públicas no Brasil do século XX**. São Carlos: Editora UFSCar, 2000.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SCHMIDT, Carlos; HERRLEIN JR, Ronaldo. Notas sobre o desenvolvimento do Rio Grande do Sul: trajetória histórica e os projetos contemporâneos. **Ensaio FEE**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística (FEE), v. 23. n. 1. p. 255-284, 2002.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, José Graziano. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento? **Textos para Discussão**. Brasília. NEAD/MDA, 2002 (n° 2).

VEIGA, José Eli. Desenvolvimento rural: o Brasil precisa de um projeto. **Anais do 36º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER)**, Poços de Caldas, MG, vol. 1, pp. 153-186, 1998.